



**O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DOS PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS: REFLEXÕES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS BRASILEIRA (1970-1990)**

**THE HISTORICAL DEVELOPMENT OF SOCIAL SPORT PROJECTS: REFLECTIONS ON BRAZILIAN POLITICAL, SOCIAL, AND EDUCATIONAL TRANSFORMATIONS (1970-1990)**

**EL DESARROLLO HISTÓRICO DE LOS PROYECTOS DEPORTIVOS SOCIALES: REFLEXIONES SOBRE LAS TRANSFORMACIONES POLÍTICAS, SOCIALES Y EDUCATIVAS BRASILEÑAS (1970-1990)**


**Alessandra Weiss Ferraz de Oliveira**


<https://orcid.org/0000-0002-3275-5227> 

<http://lattes.cnpq.br/5919357245427500> 

Universidade Federal do Paraná (Curitiba, PR – Brasil)  
alewfo@hotmail.com


**Daniel Minuzzi de Souza**


<https://orcid.org/0000-0001-9960-4020> 

<http://lattes.cnpq.br/0218070374462534> 

Universidade Federal do Paraná (Curitiba, PR – Brasil)  
daniel.souza@ifc.edu.br

**Wanderley Marchi Júnior**

<https://orcid.org/0000-0002-4911-9702> 

<http://lattes.cnpq.br/5253611850382694> 

Universidade Federal do Paraná (Curitiba, PR – Brasil)  
wmarchijr@gmail.com

**Resumo**

Os projetos sociais esportivos no Brasil surgiram a partir das transformações políticas, sociais e educacionais, resultando em um produto de disputa no campo político transpassando as áreas da educação e assistência social. Mas, como um espaço dotado de uma lógica própria, o esporte social contou com diversos agentes e instituições que mantiveram a sua disposição e interesse em "jogo". Nessa esteira, o objetivo desta pesquisa foi realizar um resgate histórico para analisar como ocorreu o processo de desenvolvimento dos projetos sociais esportivos no Brasil e quais foram os movimentos estruturais internos responsáveis pela sua consolidação. Optou-se por uma pesquisa bibliográfica e para a análise reflexiva amparou-se na "Teoria dos Campos", de Pierre Bourdieu. Em suma, a consolidação do esporte social ocorreu a partir das mudanças sociais impulsionadas pelas articulações dos diferentes agentes e instituições que identificaram possibilidades para suprir as demandas sociais servindo, também, como mecanismos de manutenção de poder.

**Palavras-chave:** Projetos Sociais Esportivos; Políticas Públicas; Esporte Social; Pierre Bourdieu.

**Abstract**

Sports social projects in Brazil emerged from the political, social and educational transformations, resulting in a product of dispute in the political field crossing the areas of education and social assistance. But as a space with its own logic, social sport had several agents and institutions that maintained their willingness and interest in "game". In this context, the objective was to carry out a historical rescue to analyze how the development process of social sports projects took place in Brazil and which were the internal structural movements responsible for their



consolidation. We opted for a bibliographic research and for the analysis we used as a foundation the "Theory of Fields" by Pierre Bourdieu. In short, the consolidation of social sport occurred based on social changes driven by the articulations of different agents and institutions that identified possibilities to meet social demands, also serving as mechanisms for maintaining power.

**Keywords:** Sports Social Projects; Public Policy; Social Sport; Pierre Bourdieu.

### Resumen

Los proyectos de deporte social en el Brasil surgieron de transformaciones políticas, sociales y educativas, lo que dio lugar a un producto de disputa en el campo político que cruzó las áreas de educación y asistencia social. Pero como espacio dotado de una lógica propia, el deporte social contaba con varios agentes e instituciones que mantenían su disposición e interés en el "juego". En esta estela, el objetivo era realizar un rescate histórico para analizar cómo se produjo el proceso de desarrollo de los proyectos sociales deportivos en Brasil y cuáles fueron los movimientos estructurales internos responsables de su consolidación. Optamos por una investigación bibliográfica y para el análisis utilizamos la "Teoría de los Campos" de Pierre Bourdieu como base. En definitiva, la consolidación del deporte social se produjo a partir de los cambios sociales impulsados por las articulaciones de los diferentes agentes e instituciones que identificaron posibilidades de abastecer las demandas sociales sirviendo, también, como mecanismos para mantener el poder.

**Palabras clave:** Proyectos Sociales Deportivos; Políticas Públicas; Deporte Social; Pierre Bourdieu.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo está relacionado com a seção temática da Revista Corpoconsciência (2021) intitulada "Políticas Públicas Educação/Educação Física, esporte, lazer e saúde", envolvendo estudos sobre a implementação de políticas públicas e o esporte social. É, também, parte integrante da tese de doutorado, que busca aprofundar o olhar frente aos projetos sociais esportivos inseridos na sociedade brasileira, utilizando para este fim as obras de Pierre Bourdieu.

Nessa esteira de discussão, na sociedade brasileira a vinculação dos projetos sociais, ora educacional, ora esportivo, à resolução de problemas político-sociais redefiniu os objetivos e fins alcançáveis pela prática esportiva em função das necessidades oriundas de um tempo social, de uma determinada história. Conforme nos aproximamos da história do esporte, é possível perceber que as demandas sociais, próprias do desenvolvimento das sociedades, provocam mudanças nas regras e na estrutura esportiva seja no lazer, no rendimento ou no espetáculo (ELIAS, 2001; AFONSO, 2011; MARCHI JÚNIOR, 2015), sem que altere a sua essência ou o objetivo principal da prática, servindo à um propósito e atingindo uma necessidade específica.

Entre as décadas de 1970 e 1990, os primeiros projetos sociais esportivos vieram impulsionados pelo movimento de abertura democrática das relações sociais e políticas, um momento marcado por significativa transformação na sociedade brasileira (LINHALES, 1996; GONÇALVES; FERREIRA, 2013; CUNHA, 2017). Neste processo de transição do regime militar para o democrático, algumas mudanças foram percebidas, principalmente, no papel de



atuação do Estado, que passou a descentralizar as suas ações e discursos em função das diferentes demandas sociais, nas quais envolviam a inserção de políticas públicas voltadas ao acesso de todos os brasileiros a educação, a saúde e a prática de atividades esportivas (RODRIGUES, 2008; GODOY, 2013; CUNHA, 2017).

Diante da necessidade de um Brasil “mais democrático”, as políticas públicas, em diferentes áreas, surgiram para garantir ao povo o acesso aos direitos constitucionais, contando com o apoio financeiro e participativo do terceiro setor na implementação de algumas ações, como na criação de projetos socioeducativos e socioesportivos voltados à criança e ao adolescente (LINHALES, 1996). As políticas públicas nas mais diversas áreas, relacionadas a este público-alvo, ganharam visibilidade na agenda política, pois, a ideia de cidadania nas pautas dos novos conteúdos políticos era inadiável (LINHALES, 1996; CUNHA, 2017). Entre as áreas de alcance social, o esporte foi percebido como elemento para contribuir no desenvolvimento das comunidades (CARON, 2018). Nos anos de 1980 a 1990, o esporte esteve na interface entre duas políticas distintas (as políticas públicas educacionais e as políticas públicas esportivas), em princípio, com atividades extracurriculares no ambiente escolar “o esporte, em cada escola, não podia ser mais do que o ‘agrupamento instantâneo’ dos melhores do futebol, do basquete, do atletismo, etc.” (LINHALES, 1996, p. 164).

Deste modo, as transformações político-sociais permitiram a visibilidade das políticas sociais, entretanto, o esporte - “como atividade de lazer, que possui valor em si mesmo e constitui um direito de todos” e dever do Estado - passava por um processo de redirecionamento entre as demandas públicas e privadas, entre o desenvolvimento dos projetos educacionais e esportivos (LINHALES, 1996, p. 186; CUNHA, 2017), com o intuito de garantir os direitos sociais, a continuidade ou consolidação da prática e das ações educativas e sociais em conformidade com as demandas provenientes da sociedade.

Neste contexto histórico brasileiro, o esporte social começou a ganhar espaço na sociedade, na política e na educação, possibilitando o alcance de inúmeros objetivos a fim de suprir as demandas sociais. A sua função, ou o sentido de existir, esteve vinculado aos agentes envolvidos nas diversas instituições promotoras do desenvolvimento social do país, seja no ambiente escolar ou nos diversos espaços públicos esportivos, entre a educação e o rendimento.

O objetivo desta pesquisa foi realizar um resgate histórico para analisar como ocorreu o processo de desenvolvimento dos projetos sociais esportivos no Brasil e quais foram



os movimentos estruturais internos responsáveis pela sua consolidação entre as décadas de 1970 e 1990. Como procedimento metodológico, optou-se por uma pesquisa bibliográfica. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), refere-se à pesquisa que depende de material já publicado. Para a análise das obras, livros e artigos encontrados, utilizou-se a proposta de análise de Pierre Bourdieu sobre a “Teoria dos Campos” de modo a compreender os movimentos, as tensões e as lutas, sumariamente, o “jogo” envolvendo o esporte, a legislação e o contexto social. Em conformidade com o exposto, o presente escrito, baseia-se em textos sobre as principais legislações e políticas públicas para o esporte, os projetos sociais esportivos, o esporte no ambiente formal e não formal de ensino, como também a própria história da Educação Física e do esporte no Brasil. Portanto, selecionaram-se os seguintes autores que apresentaram semelhanças ao dialogarem com a temática proposta: Linhales (1996), Zaluar (1994), Tubino (2010), Caparroz (2005), Rodrigues (2008), Godoy (2013) e Cunha (2017), como poderá ser visto a seguir.

## **O DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS NO BRASIL**

Na eminência da abertura dos primeiros projetos sociais esportivos, entre as décadas de 1970 até final de 1980, havia no país o regime militar que permaneceu presente durante o primeiro governo civil, denominado período de “tutela” militar, no início dos anos de 1990, as forças armadas ainda mantinham uma posição politicamente preeminente. Neste período, a intervenção Estatal respondia às próprias exigências do interior da estrutura política e, dificilmente, às necessidades da sociedade, visto que havia um regime militar direcionando suas ações aos movimentos de defesa, ordem e disciplina da nação.

As consequências do regime militar foram observadas nos anos seguintes, com a chamada “crise do capital”, ocasionando o desemprego, a precarização trabalhista e educacional, atingindo a realidade de crianças e adolescentes desamparadas em níveis de escolarização e em diversas formas de violência. As leis e políticas de maneira geral, apresentavam dificuldades de implementação, no caso do esporte eram limitadas a uma dimensão, muitos recursos para o esporte escolar recaíam no esporte rendimento (GODOY, 2013). Além disso, deixavam de garantir a aplicabilidade de ações para o esporte social provocando uma série de questionamentos sobre o esporte formal, não formal e sua função social, nas aulas de Educação Física (LINHALES, 1996).



Somente com a homologação da Constituição Federal de 1988, somado aos movimentos internacionais de ressignificação do “Esporte para Todos” e a aprovação das leis de amparo à criança e ao adolescente, as práticas esportivas formais e não-formais de promoção social ingressaram na agenda política, timidamente nas propostas governamentais educacionais e assistenciais, redimensionando as suas funções e significados (CUNHA, 2017). O Estado a partir de políticas públicas, nesta “janela de oportunidade”, vinculou a abertura dos projetos sociais esportivos à assistência social e à formação para a cidadania adquirindo um cunho socioeducativo (RODRIGUES, 2008; CUNHA, 2017), o esporte social vinculado à área da educação parecia estabelecer um vínculo duradouro, atraindo os interesses de iniciativas privadas e não governamentais. Até o dado momento, supõe-se que havia o entendimento da prática esportiva apenas como objeto de suporte para suprir as necessidades da sociedade sem considerar o fato de o esporte social conter significados, intencionalidades e funcionalidades em desenvolvimento.

Nesta época, vários projetos sociais esportivos e educacionais foram abertos no país fora do ambiente escolar, entre eles, pode-se citar O PRIESP (Programa Privado de Iniciação Esportiva da Fundação Roberto Marinho, 1978-1988) que “tinha como objetivo preparar futuros atletas e desenvolver o gosto pelo esporte nas camadas mais pobres da população” em colaboração com o órgão público (ZALUAR, 1994, p. 45). Este projeto significou para a comunidade à ocupação do tempo livre de crianças e adolescentes, lazer e enriquecimento das relações sociais, já para os professores a sua função estava associada ao ensino do esporte, propriamente dito. Não obstante, o projeto cumpria apenas com o objetivo de aprendizagem do esporte, posto que existiam dificuldades financeiras para oportunizar a continuidade e alcance dos grandes clubes para a tão sonhada profissionalização no esporte. Além disso, o trabalho realizado neste projeto priorizava a técnica esportiva centralizada na aprendizagem e nos fundamentos das modalidades. Ambas as situações mencionadas causavam o desinteresse e o abandono da prática esportiva (ZALUAR, 1994).

Posteriormente, o projeto foi assumido pelo Estado e substituído pelo Programa RECRIANÇA, em 1987, associado a uma entidade prioritariamente pública coordenada pela equipe do Ministério da Previdência Social e executada pelas prefeituras de algumas cidades brasileiras, como em Curitiba no subprograma Programa Irmão Menor (PIM), reunindo atividades de recreação com técnicas artesanais e ensino profissionalizante, ou seja, não se restringia à educação esportiva. O objetivo passou a ser o de oportunizar o esporte de maneira



recreativa e educativa. Segundo Zaluar (1994), existia uma preocupação veemente entre os estudiosos da época na associação entre o esporte e a pedagogia, transformando-o em um veículo de apêndice da política de Estado, o que poderia significar o fim do esporte no seu caráter lúdico social. Todavia, a concepção de esporte nos projetos sociais educacionais não se dava de maneira consensual, nem na formulação do projeto, nem na prática dos educadores. Nesse cenário, o esporte social foi incorporado à área da Educação, possivelmente na política educacional adquirindo inúmeros significados: ocupação do tempo livre, entretenimento da sociedade, lazer comunitário, saída profissional para jovens pobres, etc. (ZALUAR, 1994). o seu significado e a essência da prática esportiva social foram direcionados por diferentes frentes e incorporados às intenções do Estado para a resolução dos problemas sociais.

Nesta perspectiva, o Estado, presumidamente, assumiu seu papel de financiador do projeto social incorporando o viés educacional para suprir as dificuldades sociais apresentadas pelo elevado índice de criminalidade, exclusão e violência vividas pela sociedade de maneira geral. A permanência do Estado como órgão balizador da política social, estava atrelada ao cenário de dificuldade em estabelecer a “política do bem estar social, a redemocratização, juntamente com o fracasso escolar”, ocasionados pelo rápido crescimento econômico do país e pelo êxodo da população rural para os grandes centros urbanos (PEREIRA, 2015, p. 10). Ao que tudo indica, o processo de centralização estatal pouco atendeu às necessidades da população, devido à ausência de diálogo entre as propostas implementadas e às demandas da comunidade local, como também, dificultou a proposta de autonomia para o terceiro setor.

Somente no início dos anos de 1990 (passados cinco anos do término do regime) no país, se intensificou o processo de desenvolvimento dos projetos sociais esportivos voltados aos segmentos sociais isolados e o aumento de empresas privadas ou organizações não governamentais envolvidas com a “causa”. De maneira geral, o esporte conhecido pela sua prática restrita nos clubes esportivos e nas escolas recebe uma nova conotação, popularmente, chamado de projeto social esportivo ou, como denominamos, “esporte social”. Em outras palavras, é um subcampo esportivo constituído pela disposição de outros campos, o qual se estabelece e, possivelmente, se legitima a partir das inter-relações entre o contexto social, político, científico e institucional. de maneira geral, o esporte conhecido pela sua prática restrita nos clubes esportivos e nas escolas recebe uma nova conotação, popularmente, chamado de projeto social esportivo ou, como denominamos, “esporte social”. Em outras



palavras, é um subcampo esportivo constituído pela disposição de outros campos, o qual se estabelece e, possivelmente, se legitima a partir das inter-relações entre o contexto social, político, científico e institucional. Contudo, o esporte social ainda estava em processo de redirecionamento e se estabelecia nos ambientes educacionais incorporando outras políticas e buscando atingir a população com menor acesso aos bens culturais, principalmente, crianças e adolescentes, pois as políticas voltadas a este público era pauta nas assembleias e a escola se tornava uma instituição para o possível alcance de todos.

Essa centralização do esporte, como complemento educacional, supostamente corroborava para o direcionamento das políticas públicas, das iniciativas privadas e não governamentais, à área educacional.

Em princípio, o esporte social significou para a sociedade civil, para o Estado, para a rede privada e não governamental o caminho em direção à resolução das problemáticas sociais, buscando na prática esportiva um sentido que pudesse combater as consequências de uma sociedade desigual. Embora, tenha permitido a abertura de um espaço propício para a disputa de diferentes iniciativas, seja para o engajamento de uma "marca" ou de um agente popularmente conhecido, até mesmo, para o benefício de um determinado campo, como o educacional. A sua função, ou o sentido de existir, esteve/está vinculado aos agentes envolvidos nas diversas instituições promotoras do desenvolvimento social do país, seja no ambiente escolar ou nos espaços públicos, entre o esporte de cunho educacional e esportivo. A seguir, identificamos como essas estruturas e agentes (leis, políticas públicas, ações políticas, etc.) disputavam o campo esportivo, transformando o meio social e influenciando o desenvolvimento dos projetos sociais esportivos, estabelecendo diálogo com a "Teoria dos Campos" de Pierre Bourdieu (2014; 2017; 2019).

## **DA CONSTITUIÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS AOS PRINCIPAIS MOVIMENTOS ESTRUTURAIS ENTRE 1970-1990**

Na década de 1970, algumas mudanças foram percebidas no cenário esportivo, como o Decreto-Lei 6.251/1975 que reconheceu um Sistema Esportivo Nacional, compreendendo o esporte de caráter estudantil, militar, comunitário e classista, sob a coordenação do órgão competente do Ministério da Educação e Cultura. (BRASIL, 1975). Concomitantemente, foi elaborada a "Política Nacional" para o setor e um novo "Plano





Nacional de Educação Física e Desporto” (PNED) (LINHALES, 1996). Segundo Linhales (1996), antes da homologação desta lei, havia no país um baixo nível de aptidão física e um precário desenvolvimento da Educação Física escolar, além da inoperância do Governo Federal em relação ao controle, planejamento e evolução da Educação Física e do esporte. Apesar do ingresso de políticas públicas, as ações governamentais ainda priorizavam o esporte universitário de desempenho em relação às outras dimensões, mesmo com a aprovação anterior do decreto nº 69.540/1971 (BRASIL, 1971) que determinava a iniciação esportiva a partir da quinta série do ensino fundamental no ambiente escolar (DA COSTA, 2006). No artigo 27 do Decreto-Lei 6.251/1975, por exemplo, o esporte escolar não constava no Sistema Esportivo Nacional (TUBINO, 2010), muito menos o esporte social. Neste sentido, a centralidade do Estado no redimensionamento do esporte pouco priorizava ações voltadas à participação popular (LINHALES, 1996), o que denota como a estrutura do campo estava engajada em interesses próprios, ou seja, em benefício de um grupo específico.

Em contrapartida, a sociedade daquela época demonstrava grande descontentamento com o autoritarismo vigente, aclamando pelo fim dos governos militares, a partir de reivindicações e de movimentos sociais como as “Diretas Já” (1983-1984) as quais refletiram em todas as instâncias sociais, inclusive, na área da Educação Física (CAPARROZ, 2005). O ambiente de descontentamento com o regime ditatorial contribuiu com os debates da área, uma vez que lançava questionamentos no campo teórico e inseria um olhar histórico e sociológico sobre a biologização do movimento humano na formação de atletas por meio da pedagogia tecnicista (CAPARROZ, 2005, p. 9). O diálogo entre a academia, a prática na Educação Física e o esporte, possivelmente, atravessava uma estrutura político-social durável que dificultava o romper com a lógica tradicional instaurada, e essa estrutura apesar de mutável parecia impor uma lógica universal para o esporte visto, até o momento, como instrumento utilizado para a monopolização de determinada classe ao poder.

Para exemplificar, após participar do Congresso Mundial de Educação Física em Bruxelas (1973), o autor Manoel Tubino publicou na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1975) o resultado de uma pesquisa sobre “As tendências internacionais para a educação física”, e conclui que apesar de existirem estudos de orientação dogmática e pragmática, ou seja, novas pesquisas para o ensino da Educação Física e do esporte:

Os desportos transformaram-se num dos principais instrumentos de propaganda política. A educação Física, mesmo amparada por uma reação





muito grande dos verdadeiros educadores, tende a tornar-se um meio para o desporto de alto nível [...] por enquanto, como nos demais aspectos de enfoque social, os interesses políticos continuam vencendo (TUBINO, 1975, p. 8-11).

É perceptível que o exercício democrático havia iniciado e que ambos os lados lutavam para manter ou conquistar espaço no campo político e social, agindo conforme a sua posição e disputando o capital social (relacionado à participação e pertencimento em determinados grupos que lhe conferem poder) e simbólico (objeto, mérito ou agente valorizado no espaço). Além disso, fica evidente que o habitus produzido por uma estrutura estruturada e estruturante na época da ditadura ainda era um princípio gerador das práticas e das representações que norteavam o comportamento dos agentes envolvidos (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

O cenário político-social após a ditadura, demonstra como as antigas condições de produção reproduziam as estruturas passadas, ao passo que haviam estratégias de subversão, os menos providos de capital utilizavam o discurso defensivo e crítico para romper com as imposições dos dominantes (ou seja, a heresia) e estratégia de conservação, pelo mais provido de capital em defesa da ortodoxia (ORTIZ, 2003; BOURDIEU, 2019).

Ainda nesse contexto, mas direcionando o olhar para o espaço esportivo, o interesse político acerca do Decreto-Lei 6.251/1975 ao mencionar no Art. 26 “para efeito de sua organização e estruturação, o desportivo estudantil será dividido em universitário e escolar” pareceu ser substancial para o momento social do país, visto que a Educação Física na escola se tornou pauta de discussões que previam romper com a influência tecnicista no ensino. No entanto, conforme mencionado anteriormente, o esporte de desempenho se mantinha como foco principal nas políticas públicas do país, mesmo quando se questionava a exclusividade desta prática (BRASIL, 1975). Exemplificando este fato, segundo Tubino (2010), em 1981 o Ministério de Educação e Cultura (MEC) estabeleceu normas e aplicações financeiras em programas de apoio ao esporte de caráter competitivo, neste cenário “o esporte de rendimento, nas competições escolares do Brasil, permanecia como objeto do esporte escolar” (TUBINO, 2010, p. 83).

A intenção em instituir normas para o esporte na sociedade brasileira ainda marcava o distanciamento e a luta entre a participação popular e os órgãos públicos responsáveis, assim como, a reprodução de um sistema estruturado que valorizava o “senso de aplicação” no produto economicamente e politicamente rendável, em outras palavras, as



relações que se estabeleciam no campo esportivo social eram similares às representações no campo político e social, o agente detentor de poder conduzia as ações em prol de uma dimensão específica, ou seja, em benefício de sua classe. Essa centralidade do esporte nas mãos do Estado foi marcante nos anos 1964-1984, posto que os governos tinham afinidades com o movimento tenentista de 1930 conhecido pela presença onipotente do Estado em todos os segmentos sociais, para exemplificar, na economia tínhamos um “capitalismo protegido” e a abertura do mercado exterior ocorreu apenas na década de 1990, até lá:

No Brasil, as elites de todas as épocas sempre foram especialmente eficientes na preservação e no avanço de suas regalias e privilégios e pouquíssimo eficazes quando se tratou de influir para que o país se modernizasse e se tornasse mais justo e equitativo na distribuição de suas riquezas e de seu progresso (CASTOR, 2000, p. 41).

Em 1975, ações com significativa expressão crítica à primazia do esporte educacional e de alto rendimento, foram desenvolvidas pela mídia, a campanha chamada “MEXA-SE”, pela Rede Globo de televisão, assessorada por Lamartine Pereira da Costa, foi a primeira etapa do processo de execução do “Esporte Para Todos” (EPT) no Brasil, que internacionalmente já estimulava práticas por meio de campanha publicitária (KRAVCHYCHYN et al., 2019). Iniciava o processo conhecido como “massificação do esporte”, considerado um marco para o esporte social que se estabelecia entre o nível intermediário do educacional e do alto nível (LINHALES, 1996; CUNHA, 2017), entrando para disputar o campo social e político, isto é, o valor do esporte social passou a ter uma marca e um senso de aplicação cultural e simbólica, fato é, que as instituições promotoras do esporte pareciam encontrar uma oportunidade de lucro material.

Entrou em vigor em 1976, o Plano Nacional de Educação Física e Desporto (PNED), em decorrência da Política Nacional, firmando parceria entre o Departamento de Educação Física e Desporto (DED/MEC), o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o ingresso de iniciativas privadas e a mobilização dos estados e municípios, na Campanha Esporte Para Todos (EPT) agregando 10 milhões de voluntários, entre eles, profissionais de Educação Física que trabalhavam em prol da extensão esporádica da prática esportiva/recreativa para a população. Para o Governo Federal, o EPT significou a utilização da prática esportiva no enfrentamento dos problemas sociais, principalmente, nas camadas populares destituídas de condições mínimas sociais. Naquela época, o esporte deveria ser desenvolvido através da movimentação popular espontânea com o uso de estratégias de baixo custo e rápida



efetivação, caso surgissem “grandes atletas” o esporte de massa deveria também promover o encaminhamento ao esporte de alto nível (LINHALES, 1996).

Na medida em que o esporte social ingressava como um apêndice do educacional e do alto nível, agregava em suas funções a prática no tempo livre como suporte às demandas sociais e políticas, que não se refere apenas a área da Educação Física, mas, à educação, saúde e assistência social. Neste contraponto, ganhou reconhecimento e o valor no jogo político que valia a pena ser jogado (BOURDIEU, 2019).

No primeiro semestre de 1985, o esporte na Educação Física foi pauta de discussão em vários setores da sociedade envolvendo, principalmente, secretários estaduais de educação e esporte e as associações de professores. Os debates salientavam sobre a necessidade de “incorporar efetivamente a prática da Educação Física ao processo da educação geral e integral, bem como de se considerar o esporte com a profundidade do fenômeno social que já se caracterizava” (DA COSTA, 2006, p. 508). Logo, foi instituída a “Comissão de Reformulação do Desporto” pelo decreto nº 91.452, de 19 de julho de 1985, prevendo a necessidade de revisão do esporte e buscando mais reconhecimento na estrutura institucional do Estado (LINHALES, 1996). Com a consolidação de um novo conceito de esporte pela Constituição de 1988, como será abordado na sequência, foi realizado estudos sobre o esporte nacional indicando novos caminhos para a reformulação da política para o setor. Em relatório enviado para o MEC, quatro indicações discorriam sobre a necessidade de conceituar o esporte brasileiro, porquanto que o esporte como fenômeno de rendimento, dentro ou fora do ambiente escolar, já não supria as necessidades de âmbito social, escolar e acadêmico, ou seja, no entendimento da comissão se tornava necessário uma nova conceitualização do esporte (TUBINO, 2010) que permitisse a participação de todos e independente do talento contribuísse para a formação de uma educação integral e permanente (DA COSTA, 2006).

Conforme a Comissão supracitada: “historicamente o esporte no Brasil tem sido entendido numa visão limitada, que muitas vezes levou a opinião pública a vê-lo apenas na perspectiva do esporte de alta competição” (BRASIL, 1985). Ainda nesse decreto, é mencionado que o esporte foi percebido como instrumento de “sustentação hegemônica” e que estariam, portanto, reconstituindo o conceito e atribuindo a prática esportiva como uma manifestação cultural da sociedade brasileira, a fim da liberdade de criação. Essa nova reformulação do esporte demonstra a pretensão dos órgãos públicos em romper com aquilo que se entendia por esporte na escola e no desempenho, trazendo uma outra perspectiva e abrindo espaço



para articular o esporte social que já havia adquirido uma nova crença e, possivelmente, alterado o *habitus* da classe dominante. Desta comissão, o esporte foi reconhecido em três eixos: esporte-educação, esporte-participação e esporte performance, suprimindo a ideia anteriormente posta no Decreto-Lei 6.251/1975 com uma certa autonomia, ainda tímida, para as entidades esportivas (LINHALES, 1996).

Essa breve mudança no setor esportivo tangenciava a recente Constituição promulgada no ano de 1988, institucionalizando o esporte como um direito social e reconhecendo, no artigo 217, o dever do Estado no fomento de práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um:

A autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional; a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional (BRASIL, 1988).

Além disso, no terceiro inciso estabeleceu que “o poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social” e, por conseguinte, no artigo 227 dispôs do dever da família, da sociedade e do Estado sobre o direito à Educação, Cultura, Desporto, e Lazer desde a infância até a juventude (BRASIL, 1988). Deste modo, com a influência da Carta Magna passou a ser dever do Estado “assumir o compromisso legal e moral, além de criar as condições (fomento) para ampliar os direitos do cidadão a fim de garantir seu acesso ao esporte” (GODOY, 2013, p. 99). Nesta “nova” constituição, foi redesenhado o sistema de proteção social com o reconhecimento de uma política assistencial destinada ao acesso dos mais necessitados aos “mínimos sociais”, o que incluiu a prática esportiva constitucionalizada e oficializada como um bem cultural de direito, assim como, o lazer nas políticas públicas do país (CUNHA, 2017). Por mais que houvesse essas mudanças na legislação esportiva poucas ações foram percebidas na prática, propriamente, dita.

Como é possível observar, o esporte social ficou condicionado à promoção da prática educacional, de rendimento ou participação, não sendo mencionado na legislação, mas incorporado às outras dimensões. Sobre estes aspectos, intensificou-se a multiplicidade de funções e atribuições, dificultando o entendimento do esporte social como um espaço dotado de uma lógica própria e contendo suas particularidades, ou seja, as disposições de um *habitus* (ORTIZ, 2003; BOURDIEU, 2017).



Simultaneamente, iniciou o processo de descentralização estatal nas ações de cunho social com a participação financeira e administrativa de empresas privadas e ONGs no desenvolvimento do esporte social fora da escola, vários projetos sociais foram abertos e direcionados aos segmentos sociais isolados, principalmente, com a retratação do esporte nas políticas públicas e com o encurtamento das ações estatais marcada pela política econômica de valorização da lógica privada (CUNHA, 2017). Atletas consagrados e bem sucedidos financeiramente deram seus nomes ou apadrinharam projetos e iniciativas de caráter social, assim como, leis esportivas (RODRIGUES, 2008). Contudo, haviam indefinições sobre o esporte que precisavam ser solucionadas, ainda mais, com o fortalecimento da iniciativa privada e inclusão de grandes nomes nos programas sociais, entre as problemáticas encontradas estavam a organização do esporte no país, o papel de cada ente (Municipal, Estadual e Federal) e por fim o entendimento de esporte social nas políticas públicas.

## CONCLUSÕES

Conforme avançamos na história percebemos que o esporte vem se ressignificando, o que pode ser chamado de elasticidade semântica, em cada tempo é articulado e definido a sua prioridade mediante às demandas oriundas da sociedade. Nas décadas de 1970 a 1990, foi possível perceber como os campos político, social e educacional, estiveram envolvidos na disputa pelos capitais econômico, social e cultural. Nesta disputa, o capital total (a soma de todos os capitais: econômico, social, acadêmico e simbólico) foi ganhando interesse dos grupos envolvidos, com o intuito de manter a sua posição política e/ou ascender ao poder utilizando o esporte social como discurso ou meio para responder as demandas oriundas da sociedade.

Contudo, seja no campo educacional ou no político, as articulações para alcançar os objetivos propostos nem sempre foram racionalmente explicitadas na história e/ou na legislação dos projetos sociais esportivos. Deste modo, a consolidação dos projetos sociais esportivos nas décadas de 1970 a 1990, no Brasil, esteve intrinsecamente envolvida com agentes e instituições que previam manter o interesse e o capital de disputa ativo, já que havia uma estrutura permitindo as condições necessárias (maior poder e capital em jogo) para o esporte social se estabelecer no sistema educacional, de rendimento e, posteriormente, de participação.



Em suma, a consolidação do esporte social ocorreu a partir das mudanças sociais impulsionadas pelas articulações dos diferentes agentes e instituições que identificaram possibilidades para suprir as demandas sociais servindo, também, como mecanismos de manutenção de poder. No entanto, esse movimento colaborou para a multiplicidade de funções e atribuições, dificultando o entendimento do esporte social como um espaço dotado de uma lógica própria com suas particularidades, ou seja, das disposições de um *habitus*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Gilmar Francisco. **A reinvenção do voleibol de praia: agentes e estruturas de uma modalidade espetacularizada (1983 – 2008)**. 2011. 210f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2011.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017.

\_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

BRASIL. Decreto nº 69.459, de 1 de novembro de 1971. **Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d69450.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d69450.htm)>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

BRASIL. Lei nº 6.251, de outubro de 1975. **Política Nacional de Educação Física e Desporto**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002156.pdf>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2020.

BRASIL. Decreto nº 91.452, de 19 de julho de 1985. **Institui Comissão para realizar estudos sobre o desporto nacional**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91452-19-julho-1985-441587-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2020.

BRASIL. Artigo nº 217, de 5 de outubro de 1988. **Do Desporto**. Disponível em: <[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_217\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_217_.asp)>. Acesso em 28 de setembro de 2020.

CAPARROZ, Francisco Eduardo. **Entre a educação física na escola e a educação física da escola**. São Paulo: Autores Associados, 2005.



CARON, Ana Elisa Guginski. **“Ataques e defesas” no ensino dos valores por meio do esporte**: metodologia compartilhar de iniciação ao voleibol. 2018. 227f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2018.

CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **O Brasil não é para amadores**: estado, governo e burocracia na terra do jeitinho. Curitiba, PR: EBEL: IBQP-PR, 2000.

CUNHA, Thayane Santos Crespo da. **Pobreza, desigualdades e projetos sociais esportivos dirigidos a crianças e adolescentes**: estudo de uma experiência no município de São Gonçalo. 2017. 108f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2017.

DA COSTA, Lamartine (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**: atlas do esporte, educação física, atividades físicas de saúde e lazer no Brasil. Rio de Janeiro: CONFEEF, 2006.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GODOY, Letícia. **O Sistema Nacional de Esporte no Brasil**: revelações e possíveis delineamentos. 2013. 165f. Tese (Doutorado em Educação Física), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2013.

GONÇALVES, Emília de Fátima Miterofe; FERREIRA, Gabrielle Gomes. As lutas sociais no Brasil: da ditadura ao governo Lula. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, V, 2013. **Anais...** Disponível em: <[http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v3\\_em%EDlia\\_e\\_grabrielle\\_GV.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v3_em%EDlia_e_grabrielle_GV.pdf)>. Acesso em 9 de novembro de 2020.

KRAVCHYCHYN, Claudio e colaboradores. Projetos e programas sociais esportivos no Brasil: antecedentes históricos e reflexividade social. **The journal of the latin american socio-cultural studies of sport** (ALESDE), v. 10, n. 1, p. 53-68, 2019.

LINHALES, Meily Asbu. **A trajetória política do esporte no Brasil**: interesses envolvidos, setores excluídos. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). 1996. 242f. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 1996.

MARCHI JÚNIOR, Wanderley. O esporte “em cena”: perspectivas históricas e interpretações conceituais para a construção de um modelo analítico. **The journal of the latin american socio-cultural studies of sport**. v. 5, n. 1, p. 46-67, 2015.

ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d’Água, 2003.

PEREIRA, Angélica Regina. **Expectativas de participantes, professores de educação física e assistentes sociais de um projeto social esportivo de pólo aquático**. 2015. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física). Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP, 2015.





PORTAL ESTUDOS DO BRASIL REPUBLICANO (Arquivo Nacional). **MOBRAL**, 2019. Disponível em: <<http://querepublicaessa.an.gov.br/temas/66-filme/191-mobral.html>>. Acesso em 10 de novembro de 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

RODRIGUES, Anelise Lopes. **A desportivização das políticas sociais para a juventude: discursos salvacionistas e práticas compensatórias**. 2008. 155f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

TUBINO, Manoel José Gomes. As tendências internacionais da educação física. **Revista brasileira de educação física e desportos**, ano 7, n. 26, 1975.

\_\_\_\_\_. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá, PR: EdUEM, 2010.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Escuta; Campinas: Unicamp, 1994.

**Dados da primeira autora:**

Email: alewfo@hotmail.com

Endereço: Rua Catulo da Paixão Cearense, 129, Cajuru, Curitiba, PR, CEP: 82960-000, Brasil.

Recebido em: 16/06/2021

Aprovado em: 12/08/2021

**Como citar este artigo:**

OLIVEIRA, Alessandra Weiss Ferras de; SOUZA, Daniel Minuzzi de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. O desenvolvimento histórico dos projetos sociais esportivos: reflexões sobre as transformações políticas, sociais e educacionais brasileira (1970-1990). **Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, p. 94-109, set./ dez., 2021.